# Desenvolvimento Social

## GABINETE DA SECRETÁRIA

**Apostila da Secretária, de 5-3-2021**

Expediente: Processo SEDS 609115/2017

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS

Assunto: Edital de Chamamento Público

O presente instrumento tem como objetivo alterar a Cláusula Terceira, §1°, do Termo de Colaboração celebrado em 04-04-2018, entre esta Secretaria e a Fundação em epigrafe, para que conste, a partir desta data a seguinte redação:

Fica designada como gestora da parceria original Luana Paula de Sousa - Diretora Técnica II - portadora do RG: 29.795.199-3 e CPF: 319.979.268-57

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**Termo de Rescisão Bilateral de Contrato**

Processo SEDS 37/2017

Inexigibilidade de Licitação – Art. 25

Parecer CJ/SEDS 16/2020 de 04-03-2020

Contrato 02/2017

Contratada: Elevadores Atlas Schindler Ltda

Objeto: Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação Corretiva e Preventiva dos Elevadores da Seds. Rescisão Bilateral.

Prazo de Vigência: a partir de 01-01-2020

Data da Assinatura: 21-01-2021.

## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Comunicado**

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Condeca torna público o extrato dos convênios e dos fomentos, respectivamente, celebrados, por decorrência do Edital de Chamada Pública do Condeca 2016/2017.

1 Processo SEDS 2308489/2019

Prefeitura Municipal de Canitar

Signatário: Joel Rodrigues

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: Projeto "Raízes do Futuro"

Modalidade: Chamamento Público

Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 003.001.007

Valor Total: 77.000,00

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 334039

Valor: R$ 48.916,00

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 445052 (Transferência à Municípios, Equipamentos e Material Permanente)

Valor: 28.084,00

Data da Assinatura: 04-05-2021

Vigência: 12 meses

Parecer Jurídico Referencial: 24/2020

2 Processo SEDS 2016396/2019

Prefeitura Municipal de Cássia dos Coqueiros

Signatário: Eurípedes Jorge da Rocha Filho

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: Projeto "Formação de educadores que atuam com crianças e adolescentes"

Modalidade: Chamamento Público

Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 003.001.007

Valor Total: 34.560,00

PT 08.244.3500.6367.0000, ND 334039 (Transferência para o Município – Custeio)

Valor: R$ 34.560,00

Data da Assinatura: 28-04-2021

Vigência: 12 meses

Parecer Jurídico Referencial: 24/2020

3 Processo SEDS 2809725/2019

Instituto Prof

Signatário: Flávio Maciel

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: Fortalecendo a identidade e o crescimento de crianças e adolescentes de Paraisópolis por meio da leitura

Modalidade: Chamamento Público

Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 003.001.007, PT 08.244.3500.6367.0000, ND 335043.

Valor: 314.000,00

Data da Assinatura: 28-04-2021

Vigência: 12 meses

Gestor: José Eduardo Malheiros Junior

Parecer Jurídico Referencial: 23/2020

4 Processo SEDS 1770900/2019 (432/2019)

Associação Educacional Labor

Signatário: Mark Albrecht Essle e Marco Aurélio Leone Fernandes

Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social

Signatário: Célia Kochen Parnes

Objeto: Projeto "Jovens ambientais em ação"

Modalidade: Chamamento Público

Origem dos Recursos: UO 35001, UGO 350010, UGE 350034, Fonte 003.001.007, PT 08.244.3500.6367.0000, ND 335043.

Valor: 112.000,00

Data da Assinatura: 28-04-2021

Vigência: 12 meses

Gestor: José Eduardo Malheiros Junior

Parecer Jurídico Referencial: 23/2020

**Termo de Fomento - Prorrogação**

Processo SEDS 1667343/2019 (1574/2018) – Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Nos termos da Cláusula Nona, § 2º do Termo de Fomento, fica autorizada a prorrogação de ofício por 33 (trinta e três) dias, contados de: 31-10-2020 até 02-12-2020.

**Termo de Aditamento ao Termo de Fomento**

1. Processo SEDS 1667343/2019 (1574/2018) – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Cláusula Primeira - Do Objeto

Fica alterado, nos termos da Cláusula Primeira, Parágrafo Único do ajuste, o Plano de Trabalho quanto às novas especificações instruídas nos Autos, conforme aprovação da autoridade competente.

Cláusula Segunda – Da Vigência e da Prorrogação

O prazo de vigência da parceria original, previsto na Cláusula Nona, § 1º, do ajuste, fica prorrogado por mais 333 dias contados de 03-12-2020 até 31-10-2021.

Cláusula Terceira

Ficam expressamente mantidas todas as demais cláusulas, obrigações e condições anteriormente pactuadas no instrumento original.

2. Processo SEDS 1758118/2019 (516/2018) – Arrastão Movimento de Promoção Humana

Cláusula Primeira - Do Objeto

Fica alterado, nos termos da Cláusula Primeira, Parágrafo Único do ajuste, o Plano de Trabalho quanto às novas especificações instruídas nos Autos, conforme aprovação da autoridade competente.

Cláusula Segunda– Da Vigência e da Prorrogação

O prazo de vigência da parceria original, previsto na Cláusula Nona, § 1º, do ajuste, fica prorrogado por mais 344 dias contados de 22-08-2020 até 31-07-2021.

Cláusula Terceira

Ficam expressamente mantidas todas as demais cláusulas, obrigações e condições anteriormente pactuadas no instrumento original.

**Comunicado**

Ata da Reunião Ordinária do Condeca – 28-04-2021

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, reuniu-se ordinariamente o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – Condeca/SP, na Sede do Conselho, situada na Rua Antônio de Godoy, 122, 7º andar, Centro, São Paulo/SP. Sob a presidência do Conselheiro Fernando Henrique Cury e Secretariada pelo Conselheiro Robson José Candiani Mota, em caráter excepcional, dada a ausência justificada do Conselheiro Marcos Muniz, por questões de saúde. Observado o quórum regimental, foi dada abertura aos trabalhos com as devidas apresentações dos presentes, bem como apresentação da Pauta ordinária e expediente. Antes do primeiro ponto de pauta, o Presidente Fernando Cury reiterou as boas vindas a Conselheira Paola Apolinário Pastrello, representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social em substituição a Rodrigo Flaire. Solicitou que a mesma se apresentasse. Na sequencia, solicitou que Paola fizesse a leitura de um ofício enviado a este Colegiado, prestando esclarecimentos feitos pela Secretária Célia Parnes em resposta a discussão de pauta ocorrida na reunião de quatro de março próximo passado, e constante na Ata da mesma reunião. A Conselheira Paola fez a leitura do ofício, e ao final solicitou que o teor do mesmo seja integralmente regisrado em Ata. O Presidente Fernando Cury, fez o registro de leitura da ata e colocou em votação para que a plenária decidisse sobre a publicação na íntegra do ofício em Ata. A conselheira Silvia solicitou a palavra e declarou que não vê a necessidade do teor integral do ofício ser registrado em ata. Sugeriu apenas que seja registrado que o ofício foi lido. Disse ainda que a Sede deste Colegiado não é a casa da Secretária (sic). Deve observar ainda que a Sede administrativa deste Conselho não foi alterada, pois não houve anuência deste Colegiado para a mudança proposta, e portanto nada justifica a situação esvaziada que se encontra a Sede Administrativa deste Conselho. Disse ainda que o documento enviado pela Secretária comprova tudo o que foi discutido em reunião ordinária anterior transcrito na ata, comprovando a ineficiência do processo até aqui e portanto referendando todo teor da ata publicada. Encerrou dizendo que dentro deste Conselho, bem como de outros, é um espaço de embate político, de políticas públicas, e portanto a Sociedade Civil tem voz, vez e voto. O Conselheiro Wellington Moura solicitou que fosse feito o envio do conteúdo do ofício lido para todos os Conselheiros e alegou dificuldade para ouvir na íntegra o documento. O Presidente Fernando Cury providenciou o envio neste exato momento para todos Conselheiros da Sociedade Civil, via grupo de Whatsapp, e para o Conselheiro Wellington que é representante do Poder Público, bem como solcitou a Secretaria Executiva o envio a todos os demais conselheiros do Poder Público via email. O Conselheiro Washington pediu a palavra e disse que este deve ser um momento de virar a página e olhar para o que a Secretaria está propondo de melhorias e avançar os diversos fluxos que estão parados, porém que a Secretaria vem demonstrando muito interesse em agilizar e colaborar para o bom andamento dos trabalhos. Informou ainda que acredita não ser necessário votar ou deliberar para a transcrição ou não do teor integral do ofício em Ata. Necessário se faz dar a ciência da leitura do documento e faculta-se a transcrição integral em registro de Ata. Desta forma, o Presidente acatou a sugestão do Conselheiro Washington, referendado pela plenária, declarou ciência da leitura do ofício e ainda assim solicitou que o pedido da Secretária fosse atendido devendo a íntegra do documento ser registrado em Ata, como transcrito a seguir: "São Paulo, 16-04-2021 OF.GAB.SEDS 2021 Assunto: Esclarecimentos ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca-SP); Presidente, com meus respeitosos cumprimentos, considerando as solicitações de esclarecimentos registradas pela Sociedade Civil referente aos Editais 2016-2017,2018-2019, em Ata de Reunião Ordinária do Condeca-SP, realizada em 04-03-2021 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 23-03-2021. sirvo-me do presente expediente para informar o que segue: (a) Ao longo dos últimos dois anos, a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) tem empenhado todos os recursos humanos e financeiros disponíveis para a desburocratização e a agilidade dos processos administrativos que visam a formalização e o acompanhamento dos projetos selecionados pelo Condeca-SP; (b) A pedido do conselho, acordamos em editar o Decreto Estadual no 64.686 de 19-12-2019, dispondo alterações na minuta do Termo de Fomento/Colaboração, a fim de estabelecer o pagamento em parcela única para maior efetividade na execução dos Planos de Trabalho. Também aumentamos o número de servidores que atuam junto a área administrativa do Conselho, investimos na infraestrutura de uma nova sede administrativa e disponibilizamos o sistema de processos eletrônicos "SP Sem Papel", que visa atribui maior eficiência à instrução, à análise e à tramitação de todos os documentos no Governo do Estado de São Paulo; (c) Nova proposta de fluxos foi elaborada a fim de revisar as etapas dos processos, estimar prazos factíveis e adequar a tramitação ao formato digital da plataforma "SP Sem Papel"; (d) atualmente, os projetos selecionados pelo Condeca-SP totalizam 350 processos administrativos em andamento dos quais 343 referem-se ao Chamamento Público no 01 SEDS/Condeca 2016-2017 e 7 referem-se ao Chamamento Público 02 SEDS/Condeca 2018-2019. As entidades e Prefeituras de 121 projetos selecionados pelo Chamamento Público 01 SEDS/Condeca'2016-2017 e 347 projetos selecionados ao Chamamento Público 02 SEDS/Condeca/20182019 ainda não apresentaram a documentação para a devida autuação e instrução dos respectivos processos administrativos*: Status dos projetos em 12-04-2021 – Etapa: Aguardando OSC/PM protocolar o projeto: 121 do Edital 2016/2017, 347 do Edital 2018/2019, Total 468. Etapa: Instrução para a assinatura: 98 do Edital 2016/2017, 51 do Edital 2018/2019, Total 149. Etapa: Para celebração: 04 do Edital 2016/2017, Total de 04. Etapa: Assinado: 242 do Edital 2016/2017. Etapa: Desistência: 03 do Edital 2016/2017, total de 03. Total de 468 do Edital 20162017, Total de 398 do Edital 2018/2019, Total geral de 866 projetos; (e) A planilha com o status detalhado de cada processo administrativo é enviada periodicamente, via correio eletrônico (e-mail), à Mesa Diretora, ao Secretário Executivo e à Comissão de Análise e Seleção de Projetos, o que totaliza a ciência periódica de 07 Conselheiros; (f) A fim de aumentar a transparência dos trâmites, da aplicação de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, e o controle social, sugere-se a publicação de um painel BI no sítio eletrônico do Condeca onde sejam consolidadas e publicizadas as informações referentes aos projetos selecionados e aos processos administrativos; (g) Para além do envio semanal de informações, em 2020, foram realizadas 05 (cinco) reuniões entre o Gabinete da SEDS e a Presidência do Condeca aonde foram abordadas todas as questões formuladas durante a reunião plenária em questão; (h) Entre 2019 e 2021 foram assinados 202 termos de fomento e parceria, já sob a nova regulamentação de parcela única, que totalizaram a monta de R$ 40.166.643,99; (i) Desde 05-04-2021, a SEDS realiza uma "força-tarefa" alocando mais 10 servidores na função de análise dos processos Condeca-SP que aguardam aditamento, adequações de planos de ação, pagamento da segunda parcela ou instrução inicial; (j) Encontra-se vigente, até 17-08-2021. o Termo de Colaboração celebrado com a Fundage, cujo objeto refere-se às "atividades ou ações voltadas ao aperfeiçoamento do modelo de gestão, bem como ao monitoramento e avaliação de projetos no âmbito do Condeca/SP". O projeto totaliza a monta de R$ 2.376.428 80 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil: quatrocentos e vinte oito reais e oitenta centavos) e segue cronograma de desembolso pactuado, em duas parcelas. Conforme consta no 4 0 Relatório Trimestral (1 8/1 1/2020 a 17-02-2021), a entidade já cumpriu com: (I) o mapeamento de processos, que teve por finalidade auxiliar o desenvolvimento de um sistema; (II) o desenho do macroprocesso dos processos do Condeca e suas etapas individuais; (III) a primeira etapa do desenvolvimento de plataforma virtual e sistema permitindo assim que as Organizações sejam cadastradas no sistema do Condeca e possibilitando que toda parte documental seja realizada via plataforma online; (IV) o monitoramento de 52 projetos do Edital 2016/2017; e V) a instrução e a capacitação para as OSC's utilizarem o novo sistema do Condeca. Reitera-se, pois, o compromisso da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo na garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sobretudo na efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso. em condições dignas da existência humana. Por todo o exposto, solicita-se a inclusão na Ata da próxima Reunião do Conselho das informações apresentadas, as quais denotam as atividades desenvolvidas pela SEDS, pautada no atendimento aos princípios da eficiência e da transparência. bem como no cumprimento dos direitos fundamentais especiais de crianças e adolescentes elencados no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela Lei Federal no 8.069, de 13-07-1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sem mais para o momento, Cordiais saudações. Célia Parnes. Secretária de Estado." Passando para o primeiro ponto de pauta: Editais 2016/2017 e 2018/2019, o presidente Fernando iniciou fazendo um breve histórico de atividades junto a Secretaria neste ano de 2021. Foram realizadas pelo menos quatro reuniões com equipes da Secretaria, na qual duas delas com a própria Secretária. Informou que em uma destas reuniões com a Secretária Célia Parnes, apesar de ter sido uma reunião tensa e pesada, os resultados foram positivos. Houve ainda outras reuniões com as equipes, destacando-se a presença da Paola, Luana, Camila entre outros membros da Equipe da SEDS que estiveram presentes. Destas reuniões foram definidas ações importantes a serem realizadas, como reuniões periódicas com as diversas equipes de trabalho, Força Fumcad, membros das Comissões deste Colegiado, entre outas. Reafirmou que este é um momento diferente do que estava, principalmente a partir da substituição do representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, desde onde está sendo nítido a boa vontade da Secretaria como um todo, desde a Secretária, seus Gestores e Colaboradores, Membros da Secretaria e até mesmo da Fundace. Todos estão embuídos para que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Destacou que a função do Presidente é aparar as arestas criadas entre o Poder Público e a Sociedade Civil. Reiterou que já está pactuado de que o Conselho não irá mudar sua sede. Destacou que em pleno estado de pandemia, este Conselho, por meio do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente arrecadou mais de 40 milhões de reais em 2020. Esse é um legado que não pode ser subestimado. Mais uma vez reiterou que o momento atual é diferente do que de 60 dias atrás, da última reunião ordinária, dado que as conversas e reuniões foram bem sucedidas até aqui. Destacou que pessoas que ajudam e não ajudam tem em todos os lugares e cabe a nós sabermos lidar com essa situação. Usando um exemplo, disse que compara este Conselho a um fusca de cinco, seis anos atrás para uma Hilux 4x4 de hoje, e portanto não se atualizou e nem se adaptou a nova realidade e ao gerenciamento de todas as demandas, inclusive as relacionadas ao Fundo Estadual e seus projetos. Lembrou ainda que este Conselho necessita tratar de diversas situações e pautas no momento como: tratar como será reorganizado os servidores que auxiliam nas atividades deste Conselho in loco em sua sede; tratar da Eleição da Sociedade Civil; já começar a elaborar o Edital 2021/2022, e outras demandas da Política Pública em favor da Criança e do Adolescente. Por fim, lembrou que, enquanto presidente não tem procuração para defender a Secretaria e sua responsável, mas também não deve contemporizar e ser omisso com as responsabilidades deste colegiado, e que, durante todo este mandato sempre foi firme e honesto com todo este Conselho, inclusive com a Sociedade Civil pela qual foi eleito. Informou que já está sendo enviado para o conhecimento de todos os conselheiros e conselheiras a lista de cada responsável por cada estágio dos projetos: novos, antigos e aditamentos, além das planilhas que indicam os status de todos de forma geral. Elencou ainda os gargalos que continuam a travar o fluxo, são os projetos passivos do Edital 2016/2017 para pagamento de segunda parcela e o primeiro lote já enviado dos projetos 2018/2019, que potencialmente são os projetos que realizaram sua captação. O presidente lembrou ainda que o ex-conselheiro Rodrigo, ainda quando representava e se pronunciava pela SEDS, se comprometeu com as novas assinaturas em um prazo que não foi cumprido. Neste ponto, Fernando destacou que é necessário lembrar da fala anterior do Conselheiro Washington: zerar tudo, olhar para frente e ajudar a Secretaria. Sugeriu ainda que, até para referendar a parte política deste conselho, ao fazer algum evento relativo aos projetos dos Editais em questão e os que virão, cada conselheiro possa organizar em sua região a cerimônia de assinatura de fomento ou convênio, valorizando ainda mais a presença deste Conselho e da Secretaria no interior do Estado. Discutiu-se ainda, a necessidade de já se pensar no Edital 2021/2022 sob risco de não ter sucesso na captação de recursos para este ano e nem para o próximo. É necessário que o Edital já seja discutido para que as Organizações possam receber seu certificado de captação no máximo em Setembro, considerando que o grande volume de captação ocorre no último trimestre do ano. O presidente destacou ainda que há uma prioridade equivocada sobre o trabalho da Fundace, porém primordial para o momento que são relativos aos Projetos, com seus processos de prestação de contas atrasadas, sendo que isso deveria ser responsabilidade das Diretorias Regionais que, em sua maioria, já não cumpriam seu papel de forma correta com relação aos projetos deste Conselho, e ainda mais agora, prejudicado pela situação da pandemia. A Fundace está sendo utilizada para suprir essa necessidade e até aqui vem cumprindo favoravelmente, porém teme-se que com o encerramento do contrato desta Fundação, tenhamos os mesmos problemas de volta, prejudicando consideravelmente a celeridade que está tomando. O Conselheiro Washington pediu a palavra e reafirmou ser um dos principais críticos do fluxo administrativo deste Conselho e da Secretaria já de muito tempo atrás. Reiterou a necessidade de se olhar para frente, sem olhar mais pelo retrovisor. Lembrou que a relação entre a SEDS e este Conselho é terrível, mas necessário se faz cada um fazer sua parte para que tudo melhore, a partir do discutido na reunião de quatro de março e a de hoje, entre tantas outras que vem acontecendo com as equipes de trabalho. Referendou a fala da Silvia no tocante ao ofício enviado pela Secretária, e ainda, na apropriação indébita de funcionários deste Conselho, sem a devida consulta e anuência deste Colegiado. Destacou a propositividade da Secretaria em estar focada na reabertura de um diálogo efetivo e avançar os encaminhamentos realizados. Elogiou, afirmando já ter um avanço da última reunião para essa, como o estabelecimento de um fluxo constante de informações entre SEDS e Condeca como pactuado na útlima reunião. Resta ainda continuar avançando na tentativa de destravar algumas burocracias para que possamos ter devolutivas positivas junto as Organizações e Prefeituras no que diz respeito a toda Política Publica da Criança e do Adolescente e em especial dos projetos financiados pelo Fundo. Destacou alguns pontos, que são necessários ser realizados, ainda do Edital 2015, como por exemplo, o encerramento dos projetos e formalização do patrimônio adquirido pela Organização/Prefeituras por meio de seus projetos. Destacou a necessidade de celeridade e resolutividade em toda a metodologia, fluxo e protocolos dos projetos. Destacou ainda a necessidade de se aprimorar o fluxo eletrônico, considerando a metodologia do São Paulo sem Papel. Se colcoa a disposição para toda essa discussão nas Comissões afins. Na sequencia, Sr. Armando do Força Fumcad solicitou a palavra e parabenizou o presidente pela ação que vem desenvolvendo em relação a todo este trâmite com a Secretaria. Destacou a necessidade de adequação do fluxo para o avanço das necessidades referentes aos projetos. Reiterou a fala da Sílvia no que diz respeito a resposta em ofício da Secretaria, embora lamente que o representante anterior da Secretaria, a época o Sr. Rodrigo Flaire, não tenha cumprido a responsabilidade de assinatura dos projetos prometidos. Aguarda que a partir deste momento, realmente haja maior celeridade para reiterar a credibilidade dos patrocinadores nos projetos encaminhados por este Conselho. Reafirmou a necessidade do novo Edital estar pronto em Julho para que as Organizações possam iniciar o processo de captação, sob o risco das mesmas migrarem para outro Fundo. Sugeriu como ideia, a Secretaria ou o Conselho emitir uma Certidão Negativa de encerramento do Projeto para todas as Organizações que encerrarem seus projetos como comprovante efetivo de que as Organizações e Prefeituras não devem mais nada sobre o referido projeto. Outro representante do Força Fumcad, Valter, solicitou a palavra e chamou a atenção para a demora de renovação de projetos das Organizações, chegando há um ano de atraso, sendo que existem Organizações que fizeram a Captação para renovação com seis meses anteriores ao termino da vigência, ou seja, já são no mínimo dezoito meses de recurso parado na conta. Solicitou agilidade no fluxo e na pauta de ações, em especial, neste momento para as renovações. Citou ainda que as Organizações sempre estão culpando o Conselho Estadual pela demora, quando na realidade, o entrave está administrativamente na Secretaria. Citou como exemplo, que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Capital concedeu a liberação dos recursos de sua Organização em apenas nove dias. Na sequencia, a Conselheira Camila apresentou um relatório do atual fluxo na Secretaria, onde se destacam: Projetos do Edital 2016-2017 aguardando para assinatura dos Termos; criação de um módulo de demandas para o Condeca dentro do São Paulo sem Papel; proposa da elaboração do fluxo a partir de reuniões juntamente com a Comissão de Análise e Seleção de Projetos, e devida apresentação em Plenária deste Conselho, se possível já na próxima reunião; proposta de agilizar o encerramento dos passivos do Edital 2016-2017, em número de 121 projetos até este momento. Destacou que a metodologia adotada para informação dos números atualizados e detalhados junto com a Mesa Diretora do Conselho visa agilizar e dar celeridade nas informações. Reafirma que a parcela única facilitou muito o fluxo do processo, porém, ainda é um imbróglio aqueles projetos que necessitam fazer a prestação para a segunda parcela. Conselheiro Washington solicitou um pequeno aparte para dizer que já a tempos, o mesmo diz que o Marco Regulatório não especifica que a Organização deve ter a prestação de contas da primeira parcela aprovada ou sequer conferida para a liberação do saldo remanescente, e que, sim, a Organização ou Prefeitura deve apenas apresentar a prestação de contas relativa ao período. Camila ainda destacou que há projetos em aditamento e que demais números serão apresentados na próxima reunião Ordinária. Destacou ainda a criação de Manuais relativos aos projetos do Fundo Estadual, e de outros Fundos também, mas com destaque a experiência obtida até aqui com o Condeca. Inclusive com a ideia de elaboração dos Manuais ano a ano, acompanhando eventuais alterações que forem necessárias. Tudo isso considerando a dificuldade que há de uniformidade, em geral pelas Organizações e Prefeituras menores. Destacou por fim que do Edital 2018-2019, que todos os projetos enviados para a formalização junto a Secretaria, no total de 55 iniciais, na verdade estão servindo como validação do Sistema da Fundace, e por isso as dificuldades apresentadas até aqui e a demora para a conclusão desta formalização. Porém todos os esforços estão sendo despendidos a solucionarem os problemas que aparecem e há uma força tarefa entre SEDS e Fundace para que tudo seja feito da maneira mais rápida possível. A conselheira Silvia solicitou um aparte, para sugerir que na próxima reunião, seja determinado tempo de fala para cada Conselheiro e/ou visitante, para melhor organização de tempo. Destacou alguns problemas de comunicação entre as Organizações e Conselho, inclusive daquelas que querem enviar proposta de alteração de plano de trabalho ou pedido de aditamento, considerando que o email foi trocado recentemente e não foi dada a devida publicidade de forma que chegasse a informação a todas as Organizações e Prefeituras. Essa situação pode estar colaborando a prejudicar muito do que foi colocado até este momento. Inclusive o site do Conselho também se encontra desativado, o que prejudica as informações e contato. O Presidente solicitou a representante da Secretaria uma conversa com a PRODESP para que veja a possibilidade de reformulação do site do condeca que desde de 2019 sofre com ataques de hackers e por isso as informações estão bem escassas ou até sem informação alguma. O visitante Guilherme, do Instituto Ceci, destacou a fala de Silvia como primordial, considerando que ele mesmo, na representação de sua Organização teve dificuldade de acesso as informações do Conselho. O Conselheiro Antonio Jorge destacou três pontos importantes: a sensibilidade das DRADS sobre a importância dos projetos do Condeca, e todo seus atendimento na ponta do usuário do SUAS; a celeridade das Destinações, considerando que os patrocinadores cobram a execução dos projetos pelas Organizações que captaram; e a informação que não estava chegando até ele, como representante da Baixada Santista. O presdiente Fernando Cury reafirmou que esta última observação já foi corrigida e de que ele estará recebendo, como já começou a receber todas as informações, conforme pactuado desde a reunião anterior. Conselheiro Jonatam utilizou de sua palavra para pedir mais atenção as demandas deste Conselho, sobretudo aos projetos, pois a Criança e o Adolescente são prioriridade absoluta perante a Legislação e a pandemia afetou diretamente o atendimento das Organizações com relação a esta Política Pública. Destacou que já é perceptível a melhora da comunicação entre a Secretaria e este Conselho e agradeceu sempre que foi bem atendido tanto pela colaboradora Bruna anteriormente, como agora pelos demais que ficaram no lugar dela. Para encerrar o primeiro ponto de pauta, o Conselheiro Robson explicou que está empenhando junto com o conselheiro Marcos Muniz e a colaboradora Roseli Minas na atualização da Lista de projetos pendentes do Edital 2016-2017 que não tiveram documentos apresentados até a data de hoje. Foi estabelecido um fluxo de acordo com a lista apresentada. Primeiro foram identificados e atualizados todos os dados de contato, especialmente email e telefone. Depois feito contato direto por telefone para a confirmação e entendimento do porquê havia essa falta de documentação. Robson se mostrou preocupado, pois já nos primeiros contatos, organizações importantes como APAE's do interior informaram desconhecer a aprovação e classificação dos projetos, além de Organizações da capital que também não tinham conhecimento do recurso disponibilizado, ou ainda, "aguardavam manifestação deste conselho". Ainda, várias citaram que ao entrar em contato com o Condeca, foram informadas de que se tratava de uma aprovação para captação de recursos e que elas não disponham desta possibilidade e por isso desistiram. Robson disse que essas Organizações careciam de maiores informações e inclusive muito fruto da impossibilidade de comunicação pela falta de funcionalidade do site. Em virtude disso, está se fazendo um contato com todas as organizações. O conselheiro informou que da lista apresentada restam ainda entrar em contato com